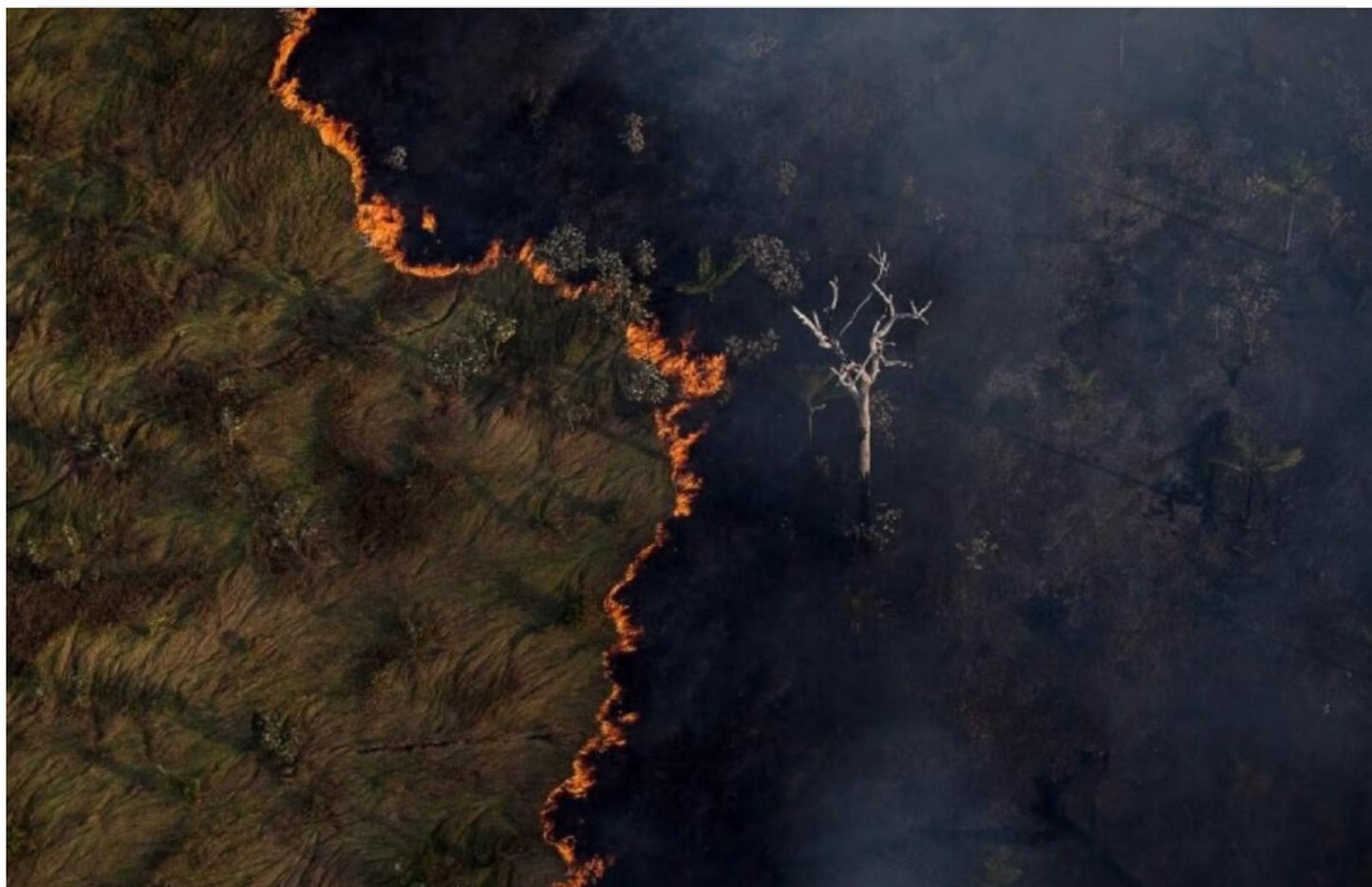




Amazônia: satélites registram 1.476 km² de desmatamento em julho

Faltando dois dias para completar os dados anuais de referência, número coloca o período 2021-2022 no mesmo patamar do anterior, que teve a pior taxa de desmatamento anual em 15 anos

Em 06/08/2022 11:08



Julho de 2022 foi, pelo menos, o sexto mês com mais alertas de **desmatamento** desde o início da atual gestão do governo federal. Ainda faltam os dois últimos dias do mês para serem computados, mas os dados do sistema Deter, do **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais** (Inpe), indicam que foi derrubada uma área de 1.476 km² de florestas no período.

Julho é tradicionalmente o mês com pior taxa, porque fica no meio da estação de clima seco na **Amazônia**, o que facilita a ação dos desmatadores. Com os dados quase completos, o ano-referência de medição do desmate (período que vai de agosto de um ano a julho do ano seguinte), soma 8.581 km² devastados.

O número é similar ao do ano passado, quando o país registrou a pior taxa de desmate em 15 anos. O Deter, entretanto, não é a ferramenta que o Inpe usa para medir com precisão o desmatamento em período anual. Essa função cabe a outro projeto, o Prodes, que só deve terminar de compilar dados e processá-los em novembro.

Nos últimos cinco anos, o Deter tem conseguido capturar em média dois terços do desmatamento mapeado pelo Prodes, que é menos vulnerável à presença de nuvens na captação de imagens. Se essa taxa de variação se mantiver, o desmate na Amazônia terá sido cerca 12.500 km² em um ano, ou algo entre 10.000 km² e 14.000 km².

Qualquer que seja o resultado final, esses números estão ainda muito acima dos compromissos que o Brasil assumiu internacionalmente sobre emissões de CO₂, porque a perda de florestas é a principal fonte de emissões de gases do efeito estufa pelo país.

O Brasil está hoje fora da trajetória para cumprir a meta de zerar o desmate até 2030 e fora da trajetória de reduzir as emissões de gases-estufa em 37% entre 2005 e 2025, objetivo que assumiu dentro do Acordo de Paris.

O Ministério do Meio Ambiente não emitiu nenhum comentário sobre os números novos do Deter até as 8h30 da manhã desta sexta. O Inpe publicou os dados, mas não emitiu nenhuma análise qualitativa. Até as eleições de outubro o instituto está em período de “silêncio eleitoral”, previsto em lei, durante o qual entes públicos não devem propagar comunicados que tenham efeito sobre a imagem do órgão ou do

O desmatamento da Amazônia no primeiro semestre foi 7% maior que no mesmo período em 2021, quando atingiu 5.106,1 km². No Cerrado, o outro bioma que é monitorado pelo sistema Deter, o desmate também foi alto, com 4.091 km² desmatados neste ano até julho, um aumento de 28% em relação ao mesmo período no ano passado.

‘Tendência inequívoca’

Os números novos do Deter já provocaram a reação de algumas ONGs ambientalistas.

“Os últimos quatro anos e meio estão mostrando uma tendência inequívoca de aumento crescente da destruição da Amazônia, destruição esta que não está gerando emprego, renda ou elevando a qualidade de vida de quem mora na região”, afirmou em nota Edegar de Oliveira, diretor de conservação e restauração da WWF no Brasil.

“Com Bolsonaro, a Amazônia inevitavelmente caminhará para seu ponto de colapso. Qualquer solução para a floresta começa em outubro, nas urnas”, diz Márcio Astrini, secretário-geral do Observatório do Clima, coalizão que reúne as ONGs ambientais mais atuantes do país.

Beto Mesquita, pesquisador do grupo estratégico da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, destaca que a perda de cobertura vegetal

“Somando o desmatamento na Amazônia e no Cerrado, ao longo de 12 meses, temos 12.600 km² desmatados. Com essa vegetação perdida, esse patrimônio natural, colocamos em risco a regulação do clima, o regime de chuvas, a disponibilidade hídrica tanto para o agronegócio quanto para o abastecimento das cidades”, afirmou.

Efeito eleitoral

Os estados com maiores áreas de alertas de desmatamento no decorrer do período 2021-2022 foram o Pará (3.070 km²) e o Amazonas (2.288,7 km²), somando 62,5% do desmatamento total da Amazônia Legal. Uma quantidade muito grande dos focos se concentram no entorno da BR-230, a rodovia Transamazônica.

Os dois municípios que mais desmataram são no sudeste amazonense: Lábrea, com 571 km² e Apuí, com 566,4 km², onde a rodovia acaba. Segundo especialistas, a aceleração do desmate que ocorre agora tem relação não apenas com a estação seca.

— Em ano de eleição é quando, normalmente, você tem uma maior taxa de desmatamento, porque começam [os candidatos da região] a assumir o compromisso de não apertar a fiscalização — afirma Britaldo Soares-Filho, especialista em modelagem ambiental e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tradicionalmente, a proximidade do pleito, leva não apenas a um relaxamento da fiscalização e ao desmate 'especulativo' quando proprietários de terra e grileiros correm para derrubar árvores temendo que a fiscalização se intensifique no mandato seguinte.

Segundo Tasso Azevedo, coordenador do projeto MabBiomas, que monitora a cobertura terrestre do Brasil, ainda que o ambiente de incerteza eleitoral possa provocar uma corrida pelo desmate, é importante que candidatos comprometidos com a causa sinalizem que vão embargar e multar propriedades com desmate ilegal.

— Boa parte do problema do desmatamento tem relação com o sinal que é dado pelo poder público, e isso vale não só para a Amazônia, mas para o Brasil todo — afirma o cientista.

TAGS: desmatamento Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais